



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA CONSELHO UNIVERSITÁRIO RESOLUÇÃO Nº 10/2018

Dispõe sobre a inclusão de conteúdo em disciplina do MPDR,

=====
O **Conselho Universitário**, em reunião realizada no dia 25 abril de 2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Universidade de Cruz Alta e pelo seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar a inclusão do conteúdo de Direito Internacional na ementa da disciplina de Direito Agrário e Ambiental do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta.

Artigo 2º. A presente Resolução passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Reitora da Universidade de Cruz Alta, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

Profª Drª Patrícia Dall'Agnol Bianchi
Presidente Conselho Universitário
Reitora da Universidade de Cruz Alta

Registre-se e Publique-se.
Cruz Alta, 25 de abril de 2018.
=====

Sadi Herrmann
Secretário-Geral



Secretaria-Geral



PLANO DE ENSINO

Curso/Habilitação: Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

Disciplina: Direito Agrário Ambiental e Internacional

Período: noturno

Créditos: 4 **Horas:** 60

Semestre Letivo: 2019/01

Professor(a): Dr. Domingos Benedetti Rodrigues
Dr^a Tâmara Silvana Menuzzi Divério

Dia da semana:
Sexta-Feira

Missão Institucional:

A Universidade de Cruz Alta tem como missão a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Perfil do Egresso:

O mestre em Desenvolvimento Rural deverá ser capaz de lidar com as constantes mudanças tecnológicas, explorando a criatividade e o raciocínio crítico, no seu desempenho profissional, promovendo ações multiplicadoras de conhecimentos técnico-científicos, que impactem na transformação de setores produtivos e de serviços junto a comunidade empresarial ou instituições públicas.

Ementa:

Conceituação, princípios, normatização e institutos do Direito Agrário. Contratos agrários. Proteção florestal. Licenciamentos ambientais. Imposto Territorial Rural. Política agrícola no Brasil. Crédito e títulos de crédito rural. Mão de obra rural. Processo ambiental. Responsabilidade na assistência técnica. Educação Ambiental. Ética nas relações rurais. Direito Internacional Público e Privado. Políticas internacionais. Relações comerciais. Organizações internacionais. Contratos internacionais. Arbitragem, Mediação e conciliação internacional. Tribunais Internacionais de solução de conflitos.

Conteúdo programático

- Relações do Direito Agrário com o Direito Ambiental.
- Normatização constitucional agrária e ambiental voltada à propriedade rural.
- Institutos do Direito Agrário (Imóvel rural, propriedade familiar, propriedade patronal, módulo rural, módulo fiscal, propriedade minifúndio, pequena propriedade, média propriedade, grande propriedade por presunção e propriedade latifúndio).
- Contratos de arrendamento e de parceria rural.
- Função socioambiental da propriedade rural.
- Proteção florestal na propriedade rural.
- Estudos de impactos ambientais e o Licenciamento ambiental de atividades rurais.
- Imposto territorial rural - ITR.
- Política agrícola e desenvolvimento sustentável.
- Crédito rural e títulos de crédito rural.
- Mão de obra na atividade rural.
- Processo ambiental pela prática de danos ao meio ambiente.
- Responsabilidade do profissional na prestação da assistência técnica.
- Educação Ambiental. Ética Ambiental.
- Aspectos gerais do Direito Internacional Público e Privado.
- Papel das Organizações Internacionais ligadas ao comércio (MERCOSUL, NAFTA, UNIÃO EUROPEIA, UNASUL, OMC e outras).
- Regulação de políticas internacionais da produção e comercialização de produtos agropecuários.
- Aspectos gerais dos Contratos Internacionais e o comércio de produtos agropecuários.
- Organizações Internacionais do Comércio e a solução de controvérsias pela Arbitragem, Mediação e a Conciliação.

Secretaria-Geral

Campus Universitário Dr. Ulysses Guimarães – Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 – Parada Benito.
Cruz Alta/RS - CEP- 98.020-290 – Telefone: (0XX) 3321 1500 – www.unicruz.edu.br



- Constituição de Tribunais Internacionais de Arbitragem, Mediação e Conciliação com atuação em demandas rurais.

OBJETIVOS

Do curso

Oportunizar a formação técnico-científica, buscando a transformação, a potencialização, aperfeiçoamento e o desenvolvimento do espaço rural, contribuindo para a melhoria da vida do homem do campo e da cidade.

Da disciplina

Objetivo geral

Conhecer os aspectos gerais da legislação dos ramos do Direito Agrário, Ambiental e Internacional como regulamento para as relações necessárias ao desenvolvimento sustentável a ser promovido pelas, pessoas, pelas organizações privadas e públicas internas do Brasil e internacionais, naquilo que diz respeito à cadeia produtiva e aos negócios decorrentes da propriedade rural.

Objetivos específicos

- Estudar a teoria geral dos ramos do Direito Agrário, Ambiental e Internacional e as suas relações com o desenvolvimento sustentável do meio rural.
- Conhecer a normatização constitucional e infraconstitucional do ramo do Direito Agrário, Ambiental e Internacional voltada à regulamentação das relações jurídicas que são produzidas na propriedade rural.
- Conhecer a função a ser desempenhada pelas pessoas e as organizações Internacionais, a respeito das políticas de produção e comercialização dos produtos agropecuários.
- Conhecer os métodos extrajudiciais nacionais e internacionais de solução de conflitos no âmbito da cadeia produtiva e seus negócios decorrentes da propriedade rural.

Metodologia e suas estratégias:

A disciplina será desenvolvida por meio de estudos dirigidos, aulas teóricas, aulas expositivas e dialogadas, com atividades individuais ou em equipes a serem desenvolvidas em sala de aula ou a distância, como forma de fixação de conteúdos, ou mesmo, como forma de avaliação parcial. Os professores poderão optar pela prática da realização de seminários de sala de aula, como meio de estudar os conteúdos previstos neste programa. A fim de desenvolver as atividades relacionadas com a disciplina, será utilizado Data Show, rede de internet, biblioteca, laboratórios de informática, manuseio de bibliografias, materiais impressos e material a ser disponibilizado para o aluno no sistema da Instituição ao qual ele possui acesso. Durante o transcorrer do semestre serão produzidos textos ou resumos referentes ao conteúdo da disciplina, para serem apresentados durante os eventos de pesquisas promovidos pelo curso de Direito, demais cursos superiores, da UNICRUZ ou de outras Instituições de ensino superior.

Avaliação: O sistema de avaliação a ser adotado será contínuo no decorrer das aulas, levando em consideração a assiduidade, a participação, o interesse na pesquisa e produção de temas correlatos a disciplina, na contribuição com novos assuntos para aprofundar o conhecimento e pela publicação de trabalhos.

Instrumentos de avaliação: Os instrumentos de avaliação a ser adotada para construção do conceito final a ser atribuído a cada discente será: a) pela participação, assiduidade e contribuição no debate em aula o valor corresponde a 2,0 pontos; b) produção de um artigo científico a ser entregue até o final das aulas, envolvendo temas relacionados a disciplina no valor de 4,0 pontos; c) realização de uma prova ou seminário a ser realizado ao final da disciplina, valendo 4,0 pontos.



Secretaria-Geral

Campus Universitário Dr. Ulysses Guimarães – Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 – Parada Benito.
Cruz Alta/RS - CEP- 98.020-290 – Telefone: (0XX) 3321 1500 – www.unicruz.edu.br

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual De Direito Internacional Público**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORGES, José Souto Maior. **Curso de Direito Comunitário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. **Estatuto de Terra**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. **Legislação de Direito Ambiental**. 6. Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 54. Ed. atualizada. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. **Legislação de Direito Internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIORILLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

GARCEZ, José Maria Rossani. **Negociação. ADRS. Mediação. Conciliação e Arbitragem**. 2. Edição revisada e ampliada. 2ª tiragem revista. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 21. ed. São Paulo, Saraiva Jur, 2017.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. Colaboração de Carla Regina Silva Marques. 11. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2015.

REUTERS, Thomson. **Vade Mecum: Inclui o Novo Código de Processo Civil**. 11. ed. São Paulo: Revista Tribunais, 2015.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODAS, João Grandino (Coord.). **Contratos Internacionais**. 3. Ed. Revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto. **Gestão Ambiental Empresarial**. Coleção Gestão Socioambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: 34, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. **Licenciamento Ambiental**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

JUNGES, José Roque. **Ética Ambiental**. São Leopoldo RS: Unisinos, 2004.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis RJ: Vozer, 2009.

LEITE, José Rubens Morato (Coord.); FERREIRA, Helene Sivini; FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalari

Secretaria-Geral

Campus Universitário Dr. Ulysses Guimarães – Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 – Parada Benito.
Cruz Alta/RS - CEP- 98.020-290 – Telefone: (0XX) 3321 1500 – www.unicruz.edu.br





(Organizadoras). **Dano Ambiental na Sociedade de Risco.**

São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Domingos Benedetti. **Educação Ambiental Republicanismo e o**

Paradigma do Estado de Direito do Ambiente. Santa Maria RS, e Gráfica Curso Caxias, 2017.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social.** 1.ed. revisa

São Paulo: Boitempo I, 2011.

TERNES, Antônio Roberto Lausmann; KRAEMER, Márcia Adriana Dias (Org.). **Aportes do V Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional.** Rede Interuniversitária CIDIR. Santa Rosa RS Brasil, 2012.

TÔRRES, Heleno Taveira (Org.). **Direito Tributário Ambiental.** São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

VENDRAME, Antônio Carlos. **Perícia Ambiental.** São Paulo: IOB Thonson, 2006.

Data :

Assinatura do professor



Secretaria-Geral

Campus Universitário Dr. Ulysses Guimarães – Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 – Parada Benito.
Cruz Alta/RS - CEP- 98.020-290 – Telefone: (0XX) 3321 1500 – www.unicruz.edu.br